manchete

Expresso

04-11-2022

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 4

Droga França ajudou a deter "Xuxas". Método está a ser contestado

Polícia desmantelou aplicação EncroChat, usada por criminosos. Penalistas duvidam da legalidade do procedimento

Naquele mundo virtual aparentemente impenetrável para a polícia, Rúben "Xuxas" Oliveira era o "Vanillamutant", o major Sérgio de Carvalho usava a alcunha "Lucrativeherb" e Afonso "Xulinhas" chamava-se simplesmente "Comprimido". Estes três líderes de uma quadrilha de tráfico de droga internacional, desmantelada nos últimos meses pela Polícia Judiciária, trocavam mensagens sobre as peripécias do negócio na aplicação EncroChat, o denominado "WhatsApp dos criminosos", cujo servidor foi invadido pela polícia francesa no outono de 2020.

Os investigadores deitaram a mão a 130 milhões de mensagens trocadas por mais de 30 mil utilizadores. Uma grande parte era criminosos que aproveitavam o anonimato total da aplicação — os utilizadores só usam *nicknames*, por exemplo — para trocar mensagens sobre o que faziam. Isto é, crimes. O grupo de "Xuxas" não foi uma exceção. Depois de ter conseguido saber os nomes de código usados pelos suspeitos, a PJ pediu às autoridades francesas que procurassem no servidor do EncroChat mensagens potencialmente suspeitas. E o que veio de França "sustenta grande parte" da investigação apresentada pelo Ministério Público à juíza Gabriela Assunção, que enviou para prisão preventiva cinco cúmplices de "Xuxas" que ainda estavam em liberdade.

"Torna-se claro que os arguidos interagiam por intermédio de sistemas encriptados de comunicação (conotados com redes criminosas altamente organizadas), o que lhes conferiu conforto e espontaneidade de discurso, levando-os a revelar detalhes pessoais e das suas atividades ilícitas com um nível de pormenor e transparência pouco comuns neste tipo de criminalidade e suscetíveis de permitir a sua identificação", diz a juíza no despacho a que o Expresso teve acesso. E de facto as trocas de mensagens reveladas pelo MP mostram os arguidos a lamentar quando a droga era apreendida pela polícia ("a bófia estava lá"), a combinar entregas ("Lisboa, vamos esperar normalizar, está feio", avisava Sérgio de Carvalho, um antigo militar agora conhecido como "Escobar brasileiro") ou mesmo a discutir por causa do desaparecimento de duas malas carregadas com cocaína. "Foi verdade. A mala ficou lá", assumia Dércio Oliveira, que ficou encarregado dos negócios depois da prisão do irmão mais velho, Rúben. O grupo usava ainda outra aplicação semelhante, a Sky ECC, que também foi desmantelada pela polícia.

Advogados de "Xuxas" consideram que o *malware* pode ter sido introduzido ilegalmente no EncroChat

Contestação internacional

Mas este meio de prova que levou à detenção de centenas de suspeitos de tráfico e até homicídio em França, no Reino Unido ou nos Países Baixos está a ser fortemente contestado não só pelos advogados de defesa dos processos, mas também por associações europeias de penalistas. Em França, por exemplo, dois advogados levaram um caso até ao Supremo, que decidiu que o Tribunal de Recurso (Relação, em Portugal) teria de se pronunciar sobre os suportes legais que levaram a polícia a invadir um servidor através de um *malware*, ou seja, uma espécie de vírus. Estes dois advogados apelaram aos colegas de toda a Europa que recorressem aos tribunais superiores para conseguir a anulação das provas obtidas no EncroChat.

Em Portugal, e neste caso da rede de "Xuxas", os advogados pediram acesso aos despachos das autoridades francesas que permitiram a ligação à informação por parte da PJ. Os despachos não estão em Portugal, mas a juíza garantiu que os iria pedir. Os advogados levantaram ainda a questão de o *malware* usado para aceder ao servidor do EncroChat ter sido introduzido ilegalmente, através de um *hacker*, o que poderia pôr em causa a prova essencial para enviar os suspeitos para a cadeia.

Uma fonte judicial contactada pelo Expresso diz que as autoridades estão "atentas ao recente fenómeno na Europa em que as defesas de traficantes de droga tentam 'mandar abaixo' os processos em que juízes e procuradores se baseiam em informação retirada de conversas encriptadas no EncroChat". "Sabemos que as defesas em Portugal também vão tentar atacar por aí, alegando violação da privacidade de milhares de utilizadores. Os advogados 'esquecem-se', no entanto, que o EncroChat era usado sobretudo por redes criminosas para apagarem o rasto das suas atividades ilegais", argumenta.

A juíza de instrução do processo considerou que este ainda está "numa fase embrionária", mas que "é inegável" que se está perante "uma questão nova" que "está a suscitar questões de validade de prova obtida no estrangeiro [...], aguardando-se o juízo da sua compatibilidade com o direito da União Europeia por parte do Tribunal de Justiça". Mas para esta magistrada não é "despiciendo questionar até que ponto podem estas comunicações ser interpretadas à luz dos cânones habituais". Porque, se é natural que um utilizador de uma operadora "normal" espere "que a sua vida privada" seja respeitada, o mesmo não se pode aplicar a quem "desenvolver atividade criminosa não-detetável através de plataformas que operam também fora do sistema legal".

HUGO FRANCO e RUI GUSTAVO
hfranco@expresso.impresa.pt

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.